

Estratégia, ameaça, esperteza ou golpe?

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Tanto faz o nome, se golpe, ameaça, esperteza ou estratégia. Depende do ângulo em que cada um se situe. Porque o governo desenvolve estratégia esperta que caracteriza ameaça capaz de transformar-se em golpe. Tudo por conta do mandato do presidente José Sarney. O objetivo é assegurar os cinco anos através do convencimento fisiológico de deputados e senadores (a estratégia), sob a alegação de que o País ficará ingovernável se tivermos eleições presidenciais em novembro (a esperteza), o reconhecimento de que o Palácio do Planalto não ficará de braços cruzados (a ameaça) e poderá convocar eleições gerais se não puder evitar as eleições presidenciais (o golpe).

Sem tirar nem pôr, é isso o que se engendra, entre sorrisos e acenos para que os constituintes aceitem os cinco anos, mas, no reverso da medalha, com menções à impossibilidade de o governo assistir inerte e imóvel à redução do mandato presidencial para quatro anos. Por coincidência ou não, foi levantada pelo ministro do Exército a tese da realização de eleições gerais, isto é, também para governador, deputado federal, deputado estadual e senador, além de prefeito e vereador, em novembro, se a Assembléia Nacional Constituinte antecipar para esse mês o pleito presidencial. Ainda na semana passada, em reunião com o ministro Paulo Brossard e outros companheiros, o general Leônidas Pires Gonçalves foi veemente. Voltou ao tema, dias depois, em conversa com o senador Albano Franco e o empresário Antônio Ermírio de Moraes. E não deixa de levá-lo em conversas variadas. Em seu entender, se é para interromper o mandato de Sarney, que se interrompam todos os mandatos. O princípio é o mesmo, as justificativas também.

O problema inexistiria se a Assembléia Nacional Constituinte aceitasse a proposta e, ela mesma, fixasse as eleições gerais. Como parece impossível que isso aconteça, pois deputados e senadores não admitem prejudicar-se, a coisa se complica. Há, no governo, quem sugira uma iniciativa do presidente José Sarney, depois, se aprovados os quatro anos, convocando eleições gerais. Com que respaldo? Militar e popular. As Forças Armadas garantiriam a realização de eleições gerais e o eleitorado aplaudiria, segundo os resultados de amplas pesquisas realizadas por todo o País.

Só que isso, à luz da ortodoxia constitucional, se não for aprovado por deputados e senadores, caracterizará um golpe. Afinal, quem marca eleições é o Poder Legislativo, ou, em casos excepcionais, como agora, o Poder Constituinte. Ao Executivo, no máximo, seria dado encaminhar projeto de emenda constitucional ao Congresso, como aconteceu com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Mas se a maioria de seus integrantes tiver optado pelos quatro anos de mandato para Sarney, com eleições presidenciais mas não gerais para novembro, o mais lógico é que mantenham a decisão, ou seja, rejeitem a emenda palaciana. Nesse caso, dentro da lei, não haveria solução. Por isso se fala em golpe: fora da lei, haveria...

É evidente que, por enquanto, o governo se dedica às três primeiras fases da equação mencionada acima. O trabalho de convencimento de parlamentares foi retomado

dias atrás e, segundo cálculos de assessores privilegiados de Sarney, 295 deles já se comprometeram a votar pelos cinco anos. Quinze a mais que o número necessário. Como essa questão só entrará em pauta em fins de maio ou princípios de junho, importará não apenas arregimentar novos adeptos, mas preservar os atuais. Muita gente salta no meio do caminho, como já aconteceu, seja por razões políticas e doutrinárias, seja por pretender faturar mais benesses e favores.

Tais números e tal otimismo são contestados na Assembléia Nacional Constituinte. Mesmo que o governo tenha catalogadas 295 conversas favoráveis, o que vale mesmo é o voto, e só na hora da votação. Os partidários dos quatro anos também montam suas estatísticas e concluem dispor de mais de 300 compromissos com as eleições presidenciais em novembro. Como 300 mais 295 somam 595, e sendo os constituintes 559, deduz-se haver gente jogando com duas camisas.

Precisamente por esses motivos é que o governo não se limita ao fisiologismo. Mobiliza outras forças e apresenta outros argumentos. Registra-se, agora mesmo, intensa blitz publicitária, através dos veículos oficiais de comunicação. Coisa que vai descambando para os lados da malandragem e até da obscenidade. Só aparece nas suas telas e nas agregadas, bem como nos microfones e nos noticiários, quem for declaradamente partidário dos cinco anos. Coisa digna do tempo dos generais, ou até pior, envolvendo a Empresa Brasileira de Notícias, a Radiobrás e a TV Educativa.

Mas tem mais. Não é de graça que o presidente começou a investir sobre a Assembléia Nacional Constituinte e a alertar o País para os perigos de ele perder um ano de mandato. Há, realmente, algum risco no fato de a nova Constituição ser promulgada e, logo, abrirem-se as campanhas presidenciais. Não se encontrará um deputado ou senador que seja, em Brasília, para discutir e votar as imprescindíveis leis complementares e ordinárias decorrentes do texto aprovado. A ingovernabilidade poderia ser uma consequência, ainda que o deputado Ulysses Guimarães já tenha preparado um antídoto: bastaria selecionar cinco ou seis leis complementares, das mais urgentes, e votá-las num esforço concentrado, entre agosto e setembro. O restante ficaria para depois da eleição presidencial.

O que dá arrepios, em toda a história, é a alternativa levantada por altas figuras do governo, para o caso de nada dar certo para eles e de a Assembléia Nacional Constituinte votar eleições presidenciais este ano, junto apenas com as eleições para prefeito e vereador. "Não ficaremos de braços cruzados. Medidas heróicas, de salvação nacional, entrarão em pauta", ouve-se nos gabinetes mais influentes. Essas medidas poderão ser extremamente populares e até sensibilizar, suprema ironia, os setores mais radicais e extremados, à esquerda. Eleições gerais, certamente, constituiriam solução bem melhor e muito superior à simples realização de eleições presidenciais. O País seria passado a limpo, de verdade, sob os aplausos gerais. O novo presidente, com toda certeza, elegeria bancada parlamentar afinada com seu pensamento. Mas se essa solução vier através de um golpe, isto é, imposta pela força, adeus. Perderá toda a legitimidade e redundará em nada, ou melhor dizendo, no retrocesso.